



**RELATÓRIO DE MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL DO FUNDO DE PENSÃO
MULTINSTITUÍDO POR ASSOCIAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA - JUSPREV
PRIMEIRO SEMESTRE 2011**

1. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Em atendimento ao artigo 6º, § 3º do Regulamento anexo da RES/CMN nº 3.792, de 24/09/2009 e ao artigo 19, da Resolução MPS/CGPC nº. 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal reunido em 29 de agosto de 2011, analisou a documentação disponibilizada pela entidade, para análise do resultado da Política de Investimentos e apresenta a seguinte manifestação sobre os pontos verificados:

1.1. PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS JURIS - PLANJUS

1.1.1. Aderência da gestão dos recursos garantidores

Verificamos com base no relatório e na documentação suporte que, a entidade está mantendo a gestão dos recursos em atendimento às diretrizes da Política de Investimentos e aos normativos RES/CMN nº 3.792, de 24/09/2009, conforme apresentado no relatório e documentação suporte.

Enquadramento (30/06/2011)				
SEGMENTO	VALOR	ALOCÇÃO	POLÍTICA	Res/CMN 3.792/09
REND A FIXA	26.834.758,01	100,00%	de 70 a 100 %	Até 100,00%
Baixo risco de crédito	26.834.758,01	100,00%	de 70 a 100 %	Até 100,00 %
Total	26.834.758,01	100,00%	100,00 %	

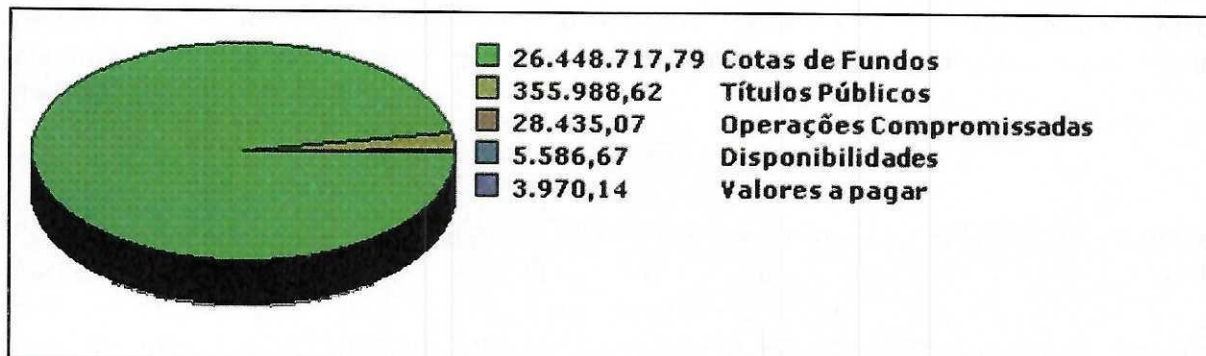
Alocação dos Recursos (diversificação)

Competência:06/2010

Nome do Fundo: INFINITY JUSPREV FUNDO
DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS **CNPJ:** 09.188.149/0001-10
DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO

Administrador:INFINITY CCTVM S.A. **CNPJ:** 03.014.007/0001-50

Versão:3.0



Patrimônio Líquido do Fundo: R\$ 26.834.758,01

Lista de Aplicações

Ativo	Classif.	Empresa Ligada	Posição Final		
			Quant.	Mercado	%
total da carteira				26.834.758,01	100,00
Cotas de Fundos				26.448.717,79	98,56
INFINITY INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO		Não	7.580.471	22.212.204,42	82,77
INFINITY EAGLE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO		Não	914.430	1.740.354,14	6,49
INFINITY LOTUS FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA		Não	1.127.372	1.581.776,69	5,89
INFINITY UNIQUE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO		Não	488.444	914.382,54	3,41
Disponibilidades				5.586,67	0,02
Descrição: Disponibilidades	Para negociação			5.586,67	0,02
Operações Compromissadas				28.435,07	0,11
Cod. SELIC: 210100 Venc.: 07/06/2013	Para negociação	Não	6	28.435,07	0,11
Títulos Públicos				355.988,62	1,33
Cod. SELIC: 210100 Venc.: 07/03/2015	Para negociação		46	218.338,72	0,81
Cod. SELIC: 210100 Venc.: 07/09/2012	Para negociação		14	66.451,87	0,25
Cod. SELIC: 210100 Venc.: 07/03/2013	Para negociação		8	37.972,40	0,14
Cod. SELIC: 210100 Venc.: 07/09/2013	Para negociação		3	14.239,54	0,05
Cod. SELIC: 210100 Venc.: 07/03/2012	Para negociação		2	9.493,09	0,04
Cod. SELIC: 210100 Venc.: 07/03/2014	Para negociação		1	4.746,51	0,02
Cod. SELIC: 210100 Venc.: 07/09/2015	Para negociação		1	4.746,49	0,02
Valores a pagar				-3.970,14	(0,01)
Descrição: Valores a Pagar	Para negociação			-3.970,14	(0,01)

Comentários: O Conselho analisou a forma como a Política de Investimentos vem sendo conduzida, concordando com o andamento da mesma. Todos os investimentos de Renda

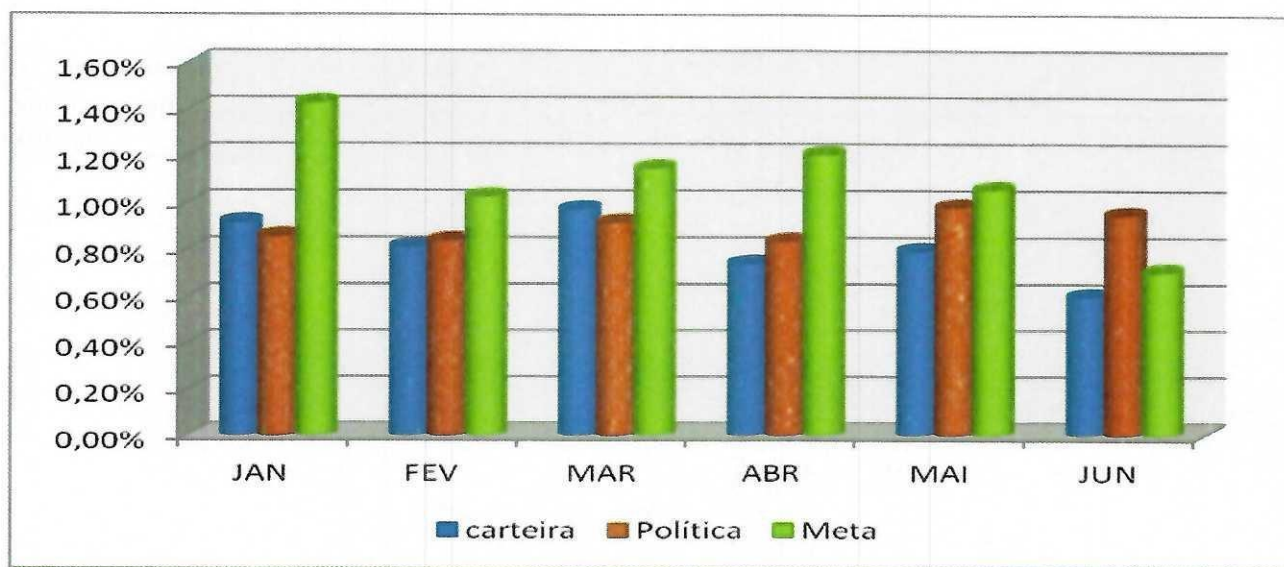


Fixa estão lastreados em cotas de fundo de investimentos exclusivo, registrados na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A composição do fundo, acima detalhada, está disponível para averiguação no sítio eletrônico da CVM. Não identificamos desenquadramentos à Resolução CMN 3.792/09, estando devidamente enquadrada na legislação.

1.1.2. Rentabilidade

Verificamos com base no relatório e na documentação suporte, que as rentabilidades dos recursos do PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS JURIS - PLANJUS, auferidas no 1º semestre de 2011, estão em desacordo com os objetivos do plano e com as metas estabelecidas na Política de Investimentos em consonância com a Resolução CMN 3.792/09.

Rentabilidade	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	Acum.
Investimentos (Líquida)	0,92%	0,82%	0,98%	0,75%	0,80%	0,61%	4,98%
Renda Fixa	0,92%	0,81%	0,97%	0,74%	0,80%	0,60%	4,95%
Política de Investimentos (100% CDI)	0,86%	0,84%	0,92%	0,84%	0,99%	0,95%	5,52%
Meta (INPC+5%)	1,43%	1,03%	1,15%	1,21%	1,06%	0,71%	6,77%
Real (investimentos/INPC+5%)	-0,50%	-0,20%	-0,17%	-0,46%	-0,25%	-0,10%	-1,67%
Real (renda fixa/100% CDI)	0,06%	-0,03%	0,06%	-0,10%	-0,19%	-0,35%	-0,54%



Comentários: A rentabilidade nominal líquida obtida no semestre pelos recursos garantidores do Ativo Líquido do PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS JURIS - PLANJUS foi de 4,98% no período, contra uma expectativa de rentabilidade nominal líquida de 6,77% o que, em termos reais, representou obter 1,67% no período a menos do que a meta do plano. Verificamos pelo gráfico que esta rentabilidade vem diminuindo ao longo do semestre.

Adotamos o Método da Taxa Interna de Retorno (TIR) a partir dos retornos sobre os saldos iniciais mensais para o cálculo da rentabilidade.

O segmento de renda fixa apresentou rentabilidade líquida de taxas de gestão de 4,95%, ficando 0,54% abaixo da variação do CDI esperada na política de investimentos.



1.1.3. Controle de Riscos

Verificamos com base na documentação suporte do 1º semestre de 2011, que os riscos de crédito estão de acordo com os estabelecidos na Política de Investimentos e os normativos Res./CMN nº 3.792, de 24/09/2009 e IN/SPC/MPS nº 14, de 18/01/2007. O risco de mercado medido pela Divergência Não Planejada (DNP) apresentou-se abaixo do esperado em todos os meses do semestre e no acumulado dos últimos doze meses.

De acordo com a Instrução Previc nº 2, de 18 de maio de 2010, a entidade deverá elaborar justificativa técnica e relatório de providências adotadas quanto à manutenção ou não dos ativos que compõem a carteira do plano de benefícios, sempre que apurar a DNP negativa, por doze meses consecutivos, e a DNP negativa da carteira acumulada nos últimos trinta e seis meses.

Em função dos novos prazos determinados pela IN PREVIC nº 2/2010, a JUSPREV está dispensada da elaboração do referido relatório, devendo, no entanto, manter rígido acompanhamento da rentabilidade de seus investimentos.

1.1.4. CUSTOS DE GESTÃO

Verificamos com base no relatório e na documentação suporte do 1º semestre de 2011, que os custos com gestão de recursos ficaram dentro de parâmetros médios praticados pelo mercado financeiro.

1.1.5. MANIFESTAÇÃO

Com base nas verificações e análises dos controles internos da execução política de Investimentos e em atendimento ao artigo 19, da Resolução MPS/CGPC nº. 13, de 01/10/2004, a rentabilidade alcançada pelo JUSPREV ficou aquém do esperado para o plano. Manifestamos que a entidade está aplicando os recursos dos planos com aderência a RES/CMN nº 3.792, de 24/09/2009, em conformidade com a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo.

2. ADERÊNCIA ÀS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

Em atendimento ao Inciso I, do artigo 19, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal analisou a documentação disponibilizada pela entidade, referente ao 1º semestre de 2011, para verificação das premissas e hipóteses atuariais do plano de benefícios e apresentamos a seguinte manifestação sobre os pontos verificados:

2.1. PREMISSAS E HIPÓTESES

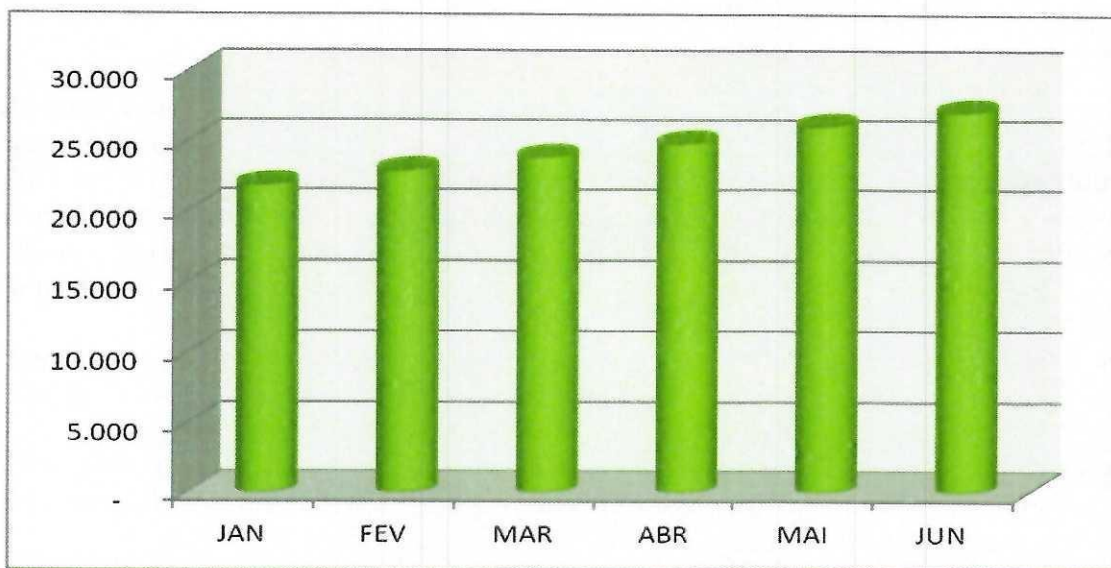
- Hipóteses indicadas para a Avaliação Atuarial - 2010:
- Tábua de Mortalidade Geral: AT - 2000;
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT-2000; e
- Taxa de Juros: 5,00%.



A Entidade apresentou Relatório de Aderência das Hipóteses Atuariais emitido pela Data A Consultoria Actuarial que desenvolveu a análise das hipóteses adotadas pelo Plano de Benefício Previdenciário Juris - PLANJUS de forma a indicar quais as premissas mais apropriadas à realidade dos mesmos. Tais indicações constam em anexo do Relatório de Aderência das Hipóteses.

2.2. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

MÊS	PLANJUS
JAN	21.855.038,69
FEV	22.912.691,90
MAR	23.862.529,87
ABR	24.864.471,61
MAI	26.111.141,15
JUN	27.145.008,77



2.3. DRAA E NOTAS TÉCNICAS ATUARIAIS

Verificamos com base no DRAA e nas Notas Técnicas Atuariais, elaboradas pelo atuário responsável pelo Plano de Benefícios, que as premissas, hipótese e tábuas biométricas adotadas estão aderentes aos compromissos do Plano.

2.4. COBERTURA PATRIMONIAL E RESULTADO DO PLANO

Verificamos com base nos Balancetes do Plano de 30 de junho de 2011, que o patrimônio apurado, conforme demonstrado nos quadros: "Cobertura Patrimonial do Plano" e "Resultado Previdencial do Plano", abaixo, é suficiente para cobertura das obrigações e compromissos do PLANJUS.

DESCRIÇÃO	PLANJUS
-----------	---------



ATIVO TOTAL	27.185.968,23
(-) Exigível Operacional	- 40.959,46
(-) Exigível Contingencial	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27.145.008,77
(-) Exigível Atuarial	-27.145.008,77
(=) Resultado do Plano	-

2.5. RESULTADO PREVIDENCIAL

Resultado Previdencial do Plano em 30 de junho de 2011

DESCRIÇÃO	PLANJUS
RECEITAS	6.578.618,27
Adições (Contribuições)	5.443.289,91
Fluxo Positivo dos Investimentos	1.135.328,36
DESPEASAS	-6.578.618,27
Deduções (Recursos Utilizados)	-359.564,82
Cobertura/reversão de despesas adm	-136.312,97
Constituições de Provisões Atuariais	-6.082.740,48
RESULTADO (RECEITAS - DESPEASAS)	0,00

2.6. HIPÓTESES BIOMÉTRICAS

A Entidade apresentou Relatório de Aderência das Hipóteses Atuariais emitido pela Data A Consultoria Atuarial que desenvolveu a análise das hipóteses biométricas adotadas pelo Plano de Benefício Previdenciário Juris - PLANJUS de forma a indicar quais as premissas mais apropriadas à realidade do mesmo. Tais indicações constam em anexo do Relatório de Aderência das Hipóteses.

2.7. HIPÓTESES DEMOGRÁFICAS

A Entidade apresentou Relatório de Aderência das Hipóteses Atuariais emitido pela Data A Consultoria Atuarial que desenvolveu a análise das hipóteses demográficas adotadas pelo Plano de Benefício Previdenciário Juris - PLANJUS, de forma a indicar quais as premissas mais apropriadas à realidade do mesmo. Tais indicações constam em anexo do Relatório de Aderência das Hipóteses.

2.8. HIPÓTESES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS

A Entidade apresentou Relatório de Aderência das Hipóteses Atuariais emitido pela Data A Consultoria Atuarial que desenvolveu a análise das hipóteses econômicas e financeiras adotadas pelo Plano de Benefício Previdenciário Juris - PLANJUS, de forma a indicar quais as premissas mais apropriadas à realidade do mesmo. Tais indicações constam em anexo do Relatório de Aderência das Hipóteses.

2.9. MANIFESTAÇÃO

Com base nos DRAAs, no Relatório de Aderência das Hipóteses e nas Notas Técnicas Atuariais, elaborados pelo atuário responsável, em atendimento ao artigo 19, da Resolução MPS/CGPC nº. 13,



de 01/10/2004, manifestamos que as premissas, hipótese e tábuas biométricas adotadas estão aderentes aos compromissos do plano.

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em atendimento ao § 1º do artigo 16 e ao Inciso I, do artigo 19, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal analisou a execução do Planejamento Orçamentário referente ao 1º semestre de 2011, e apresentamos as seguintes considerações sobre os pontos verificados:

ACOMPANHAMENTO DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
descrição	30/06/2011 orçado	realizado	variação	Divergência
Patrimônio Anterior	21.311.214	21.311.214	0	
Contr. Previdencial Participantes	3.990.000	3.992.840	2.840	0,07%
Deduções	286.260	280.090	-6.170	-2,16%
Benefícios	7.260	7.253	-7	-0,10%
Resgates	279.000	272.837	-6.163	-2,21%
Contribuição Administrativa	439.800	441.079	1.279	0,29%
Instituidoras	162.600	162.718	118	0,07%
Participantes	136.200	136.313	113	0,08%
pró-labore - outras	141.000	142.048	1.048	0,74%
Saída Administrativa	329.163	326.284	-2.879	-0,87%
Previdencial	329.163	326.284	-2.879	-0,87%
Pessoal e Encargos	154.560	155.014	454	0,29%
Pessoal	96.000	85.474	-10.526	-10,97%
Encargos	58.560	69.541	10.981	18,75%
Treinamento/Congr/Seminários	2.160	2.155	-5	-0,23%
Viagens	15.600	15.604	4	0,02%
Serviços de Terceiros	93.180	91.029	-2.151	-2,31%
Consultoria Atuarial	20.100	19.904	-196	-0,98%
Consultoria Contábil	17.400	17.400		0,00%
Informática	46.680	45.374	-1.306	-2,80%
Outras (tarifas)	9.000	8.352	-648	-7,21%
Despesas Gerais	75.543	74.590	-953	-1,26%
Aluguel	9.900	9.888	-12	-0,12%
Associações de Classe	3.030	3.025	-5	-0,15%
Cofins Administrativo	10.080	10.062	-18	-0,18%
Correios	7.800	7.811	11	0,14%
Energia Elétrica	1.440	1.428	-12	-0,83%
Juros de Mora/Multa/correção		205	205	
Limpeza e Conservação	6.000	6.007	7	0,11%
Material de Consumo	300	25	-275	-91,67%
Material de Expediente	26.100	25.918	-182	-0,70%
PIS Administrativo	1.638	1.635	-3	-0,18%
Publicidade e Propaganda	240	236	-4	-1,68%
Reprografia	360	332	-28	-7,85%
Telefonia	4.080	4.046	-34	-0,84%
TAFIC - Taxa de Fiscalização e Controle	1.875	1.250	-625	-33,33%
Marcas e Patentes	2.700	2.722	22	0,81%
Depreciação e Amortização	3.720	3.496	-224	-6,03%
Rendimentos	1.080.000	1.135.328	55.328	5,12%
Patrimônio Atual	26.205.591	26.274.087	68.496	0,26%



3.1. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES

As receitas de contribuições projetadas foram realizadas acima das suas projeções no valor de R\$ 2,8 mil, representando uma variação de 0,07%.

3.2. RESULTADO DOS INVESTIMENTOS

O Resultado dos Investimentos obtido foi de R\$ 55,3 mil a maior que o orçado, representando uma variação de 5,12%.

3.3. RECEITAS E SUBVENÇÕES ADMINISTRATIVAS

As receitas e subvenções administrativas estimadas foram realizadas acima das suas estimativas no valor de R\$ 1,3 mil, gerando uma variação de 0,29%.

3.4. DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

As despesas previdenciárias realizadas ficaram 6,2 mil a menor, ou -2,16% em função de resgates menores que o estimado.

3.5. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As Despesas administrativas estimadas foram realizadas abaixo da previsão orçamentária no valor de R\$ 2,9 mil, equivalente a -2,87%.

Verificamos no 1º semestre de 2011 que a execução orçamentária apresentou desvios entre realizado e orçado que ficaram dentro da média de desvio aceitável, sendo eliminado para efeito de acompanhamento o resultado de Portabilidades por serem extra orçamentárias e a amortização de despesas de exercícios anteriores.

3.6. MANIFESTAÇÃO

Com base nas verificações e análises dos controles internos da execução orçamentária, em atendimento ao artigo 19, da Resolução MPS/CGPC nº. 13, de 01/10/2004, manifestamos que o orçamento foi executado de acordo com os parâmetros estabelecidos no Planejamento Orçamentário.



4. CONTROLES INTERNOS

Em entendimento aos artigos 19, 20 e 23, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal, analisou a documentação disponibilizada pela entidade, referente ao 1º semestre de 2011, para verificação da aderência e eficiência dos controles internos e apresentamos a seguinte manifestação sobre os pontos verificados:

4.1. SEGREGAÇÃO DE ATIVIDADE DE FUNÇÕES

Verificamos com base na estrutura organizacional e funcional, que as atividades e funções estão segregadas, consoante ao que estabelece o artigo 10, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 10/10/2004.

4.2. CALENDÁRIO DE OBRIGAÇÕES

Verificamos com base nos controles internos que a entidade está cumprindo o seu calendário de obrigações junto ao SPC/MPS, Receita Federal, Participantes, Instituidores e Conselheiros, mantendo registro em “Relatório Circunstanciado Mensal”.

4.3. IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE CONTROLES INTERNOS

Verificamos que a entidade está implementando as adequações dos controles internos, consoante ao § 2º, do artigo 23, da Resolução MPS/CGPC nº13, de 01/10/2004.

4.4. AUDITOR INDEPENDENTE

Verificamos que o Auditor externo, BDO Auditores Independentes, fez menção a avaliação dos controles internos, consoante ao que estabelece o artigo 58, da RES/CVM 3.456/07.

4.5. CONTROLES INTERNOS

Verificamos que a entidade possui os seguintes controles internos:

- a) Controle e Teste de Cadastro.
- b) Controle das Contribuições.
- c) Controle dos Benefícios Concedidos.
- d) Controle das Contas dos Participantes.
- e) Controle da Portabilidade.
- f) Controle da Contabilidade por Plano.
- g) Controle das Premissas e Hipóteses Atuariais.
- h) Controle dos Custos Tributários.
- i) Controle da Execução Orçamentária.
- j) Controle da Execução da Política de Investimentos.
- k) Controle da Agenda de Obrigações Junto ao SPC/MPS, Receita Federal e Divulgações.

4.6. MANIFESTAÇÃO



Com base nas verificações e análises dos controles internos, manifestamos que os controles internos da entidade são adequados ao seu porte, ao plano de benefícios por ela administrado e ao modelo de governança proposto pela Resolução MPS/CGPC nº. 13, de 01/10/2004, necessitado de aprimoramentos constantes no decorrer de suas atividades.

Curitiba, PR, 29 de agosto de 2011.

Paulo Roberto Vasconcelos
Presidente do Conselho Fiscal

José Vladimir da Silva Acioli
Membro do Conselho Fiscal

Benedito Silvério Ribeiro
Membro do Conselho Fiscal

Marcelo Grandi Giroldo
Membro do Conselho Fiscal

Maurílio da Silva Ferraz
Membro do Conselho Fiscal

Fernando Paulino da Silva Welf Filho
Membro do Conselho Fiscal